CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata da reunião de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Ata da reunião da ICS-PBF, realizada no dia 07 de maio de 2021, via plataforma digital SKYPE, que contou com a presença de conselheiros e convidados conforme lista abaixo, do Sr. Leandro Lapetina Freire – Secretário Executivo CMAS, Sra. Tainara Garrido – SEATAC:

COMISSÃO IV - ICS-PBF	GOVERNO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	TRABALHADOR	USUÁRIO	CONVIDADO
Rodrigo Salvador Lachi - SEDS	P	***	***	***	***
Samanta Lima Venâncio	P	***	***	***	***
Tarciana Vasconcelos da Silva - SMS	P	***	***	***	***
Nádia Alexandre de S. Queiroz dos Santos - SMS	P	***	***	***	***
Angélica Egler Graça Gomes - SEDUC	P	***	***	***	***
Beatriz Gomes - CAMPS	***	Justificado	***	***	***
Marciléia P. de Oliveira - SÃO VICENTE DE PAULO	***	P	***	***	***
Hagnis Cavalcanti	***	***	***	F	***
Luciléia Siqueira dos Santos	***	***	***	F	***
Iasmin Siqueira Morais dos Santos	***	***	***	F	***
Regina Mendonça - SEDUC	***	***	***	***	P
Marilda da Paixão Isaías	***	***	P	***	***
Claudia Campos de Oliveira - SEDS	***	***	***	***	P
Fabiana Riveiro - SEDUC	***	***	***	***	P
Marina Carvalho Perez Pena - AEPETI	***	***	***	***	P
Vinícius Pestana - SMS	***	***	***	***	P
Viviane Christina da Mota Souza	P	***	***	***	***
TOTAL	**6**	**2**	**1**	**3**	**5**

A reunião teve início às 09h10, com o Sra. Samanta, dando as boas-vindas, faz um breve resgate da última reunião apontando as pautas a serem tratadas na data de hoje, a saber: prestação de contas IGD-M; apresentação SEDUC sobre o ensino remoto e apresentação SEDS sobre os dados do CADUNICO. Para dar início, Sra. Samanta solicita que seja feita a leitura da ata da reunião anterior. Sr. Leandro faz a leitura. Sra. Marilda solicita a inclusão da palavra “agenda” na linha 106. Não havendo mais considerações a ata é aprovada. Passa-se para o item da pauta referente a apresentação da SEDUC. Sra. Angélica aponta que os dados em relação ao ensino remoto, referem-se a rede municipal de ensino como um todo e passa a palavra para a Sra. Fabiana – chefe de Departamento – SEDUC. Sra. Fabiana inicia sua fala trazendo a reflexão sobre o que poderia ser entendido sobre a questão da vulnerabilidade nos dias de hoje, frente a tudo que está se enfrentando devido a pandemia. Aponta que é um dificultador passar uma “régua” apontando apenas os beneficiários do PBF, pois outras famílias não beneficiárias também “gritam” por várias

outras razões. Sra. Fabiana reforça que nunca houve suspensão do ensino, o único período sem atividades é no período das férias escolares, que foram antecipadas ano passado e neste ano ocorreram em janeiro. Aponta que sim, houve mudança na modalidade do atendimento. Informa que foi apresentada uma proposta para retomada das atividades em 2021, com acolhida dos profissionais, em especial do que cuidam da primeira infância. Iniciou-se em fevereiro com o ensino semipresencial – conhecido como híbrido. Tendo em vista a orientação da Secretaria de Estado de Educação, não achou-se prudente retomar o início para todos os alunos, sendo então feito de forma escalonada, após estudo realizado pois não haveria condições de retomar com todos de uma vez só. Iniciou-se na segunda semana de fevereiro, com esse modelo presencial, com 20% das turmas a partir de 04 anos de idade, por se tratar do ensino obrigatório. Após 15 dias desse retorno, deu-se início do presencial com o maternal e depois mais 15 dias para a retomada com os bebês. Aponta que as famílias fizeram parte desses 20% na retomada, uma vez tratar-se de período de adaptação. Informa que isso se deu até o terceiro ano, pois julgou-se importante a família estar presente para entender como a retomada funcionaria. Sra. Fabiana faz um paralelo de que hoje a pedagogia está funcionando como o “A.A.” – “Só por hoje”, devido as constantes alterações no planejamento acarretado pelas mudanças de fase da pandemia. Como por exemplo, Sra. Fabiana aponta que já havia se iniciado o ensino fundamental quando deu-se início o período do lookdown, mas as escolas em todo o momento estavam à disposição para atendimento as famílias. Relata que os materiais já haviam sido chego nas escolas. Sra. Fabiana esclarece que hoje fazem uma reflexão de que a evasão escolar transcende o aluno não ter equipamento ou acesso à internet. Há uma necessidade do social e essa ausência de contato que a escola oportuniza traz esse desestímulo. Sra. Fabiana reafirma que mesmo com os horários alternativos em nenhum momento ficou-se em ensino e sempre foi proporcionada as atividades. Informa que foi retomado dia 03 de maio, mesmo já havendo a possibilidade de ter se retomado em 12 de abril, mas achou-se precoce. Entendeu-se que seria melhor concluir o trimestre para a retomada do ensino presencial, com no mínimo 20% dos alunos. Algumas escolas atendem um pouco mais do que essa capacidade, sendo que as crianças não podem ficar mais de 04hs no espaço. Informa que o próximo passo é estabelecer o mínimo de 35% da capacidade e em algumas escolas 50%, assim que as autoridades sanitárias entenderem que assim pode-se seguir. Sra. Fabiana esclarece que quando o aluno não está no modelo presencial na escola, ele tem o suporte de material gráfico – modelo remoto que nem sempre é utilizada a questão da tecnologia, devido à dificuldade de conectividade ou mesmo devido a necessidade partilha de aparelhos. Informa que já há planejamento para a retomada do início do atendimento em período integral. Esse atendimento do ensino fundamental tem-se tratado em um esquema chamado de “bolhas” – pelo tipo de atendimento se estabelece uma “bolha” para esse monitoramento e observação. Informa que possivelmente, essa ampliação de atendimento irá acontecer no dia 17 de maio nas unidades que atendem o período integral na própria UME, isso porque ainda há vários protocolos a serem organizados e previstos na organização do transporte, pois quando vão para os núcleos são vários alunos de escolas distintas e esse monitoramento se

torna mais difícil. Em relação aos números de evasão escolar, Sra. Fabiana aponta que na primeiríssima infância representa menos de 7%; as turmas de berçário / maternal representam 6,94%; as turmas de jardim / pré 12,72%; as turmas de fundamental I 7,81% e as turmas de fundamental II que são o grande nó, representam 15,42% - suposto esgotamento que estes jovens estão tendo em relação ao ensino remoto. Sra. Fabiana aponta a parceria com o PSE – Programa Saúde na Escola também nesse movimento da evasão no apoio em contatos telefônicos e busca nos endereços. Sra. Fabiana termina sua explanação e se coloca à disposição para sanar dúvidas caso haja. Sra. Samanta abre a palavra os presentes. Sra. Angélica ratifica a fala da Sra. Fabiana principalmente em relação a preocupação em ter esse jovens e crianças dentro da escola. Sra. Fabiana esclarece que fez-se adaptação de um programa de recomposição curricular, em fase de inscrição de professores da rede interessados em participar, onde pequenos grupos dos 3º; 4º; 5º anos e fundamental II, pós horário de estudos, de forma presencial, poderão rever componentes curriculares de português e matemática. Informa que vislumbra-se o início para junho. Sra. Tarciana informa que na última reunião de território dos morros, esteve presente uma representante da Educação onde se discutiu sobre a evasão escolar. Aponta que quando se ouve a experiência do outro, apesar de se ter a impressão de estar trabalhando sozinho, é gratificante, pois é um trabalho conjunto e ter esses espaços para ouvir os colegas neste período de pandemia. Refletiu-se o quanto as famílias estão com dificuldades e necessário repensar todo o processo de atuação das políticas, valorizar os profissionais que estão na linha de frente. Sra. Fabiana aponta que é um grande desafio, pois ficaram surpresas com a baixa evasão na primeiríssima infância o que já não surpreendeu com os jovens, pois como dito eles perderam a questão do grupo, do social que fortalece a aprendizagem. A educação se faz de interação e é essa está sendo a grande vulnerabilidade, a dificuldade de lidar com a aprendizagem que não pode ter contato. Sra. Samanta reforça que está tendo bastante parceria com a SEDUC, com encontros online com as orientadoras e tem sido muito importante. Essa situação também é a que passamos na Proteção Social Básica, pois o coletivo é essencial e o vínculo afeta o trabalho. Sra. Marina questiona se sabe-se quais são as unidades com maiores índices de evasão? Para se olhar para dinâmicas territoriais. Aponta também que se consegue-se uma maior aproximação com a educação municipal, mas pouco se sabe da educação estadual. Sra. Fabiana esclarece que na próxima reunião poderá se trazer os dados mais atualizados, pois não tem no momento essa informação. Esclarece também que está sendo feita uma pesquisa com as famílias. E em relação ao Estado entende que seria necessário fazer uma solicitação. Sra. Regina sugere que o CMAS possa solicitar essa informação com o Estado, pois é uma preocupação de todos e reafirma que na próxima reunião será trazido dados territorializados. Em continuidade Sra. Samanta passa para o próximo item de pauta que refere-se a apresentação dos dados do CADUNICO, passando a palavra para a Sra. Claudia Campos. Sra. Claudia se apresenta e inicia a apresentação conforme solicitado em reunião anterior esclarecendo as dúvidas levantadas. Durante a apresentação Sra. Samanta lembra que os dados da Educação estão prejudicadas porque o sistema não está aberto para a SEDUC inserir os dados. Sra. Samanta

esclarece também que é importante colocar que percebe-se queda nos atendimentos de abril em diante; e a partir daí reduz as atualizações, mas sempre se concentrou nas inclusões. As atualizações foram evitadas para que as famílias não perdessem o auxílio emergencial. Sra. Tarciana questiona se as pessoas que foram inferidas no Programa Municipal de Auxílio Emergencial terão prioridade na adesão / inserção no PBF após término do programa municipal? Sr. Rodrigo esclarece que são critérios distintos. Sra. Samanta também explana sobre os dados do RMA dos CRAS. Sra. Marilda agradece pelo relatório completo apresentado e que este atendeu ao solicitado, mas continua com a mesma solicitação. Uma vez que já se tem os números, aponta que contou cerca de 600 pessoas aguardando cadastro. A unidade CRAS RCH/AC demorará mais ou menos dois meses para atender as famílias que estão em lista de espera. A pergunta é o que pode ser feito para que essa lista seja diminuída? Sra. Marilda aponta que o PNF é um avanço, uma política que outras cidades querem adotar. O PNF novo esquece que há uma lei que a renda per capita deverá ser de 120 reais e não de 89 reais. Valor esse inferior ao estipulado a Lei de 2003. Sra. Samanta aponta que sobre a questão da demanda é uma preocupação que está sendo tratada na SEDS, principalmente em relação ao RH. Aumento da demanda também é devido ao empobrecimento da população. Há tratativas da SEDS junto a Gestão para chamamento de RH para recompor o quadro de funcionários. Mas infelizmente com o aceite de verba de COVID há o impedimento de aumento de RH. Informa que receberam 03 operadores sociais e há previsão de chegada de mais 01. Aponta que infelizmente está se indo na direção de contratação / parceria, entende-se terceirização, tendo estudo com maiores cuidados possível para não desmontar um trabalho de anos do DEPROS-B. Sr. Rodrigo aponta que a reposição e chamamento de servidores foi solicitada pelas coordenadorias e o quadro de déficit de RH encaminhado mas os processos retornaram com a negativa. Informa que há o afastamento de servidores devido ao trabalho remoto. Mas para o CREAS-POP há possibilidade de ampliação de operadores para o CADUNICO, fazendo-se com que todos operadores tenham capacitação. Lembra ainda que está se trabalhando na capacidade operacional, trabalhando no limite, devido o distanciamento e o número de recursos humanos. A espera para inserção no CADUNICO é inevitável e deve-se sim pensar em alternativas. Sr. Rodrigo lembra que o CMAS aprovou uma nota de repúdio em relação a robotização do CADUNICO e aponta que infelizmente estamos diante de uma pandemia que afeta todos os serviços, mas tem-se que se ver os números de famílias incluídas no CADUNICO e nossa taxa de cobertura. É inevitável e consenso que a pandemia traz um prejuízo para todas as famílias. Sra. Caroline Linhares – chefe do CRAS Nova Cintra, coloca que como se encontra em um espaço de controle social quer trazer uma discussão é importante. Aponta que quando o Governo Federal e o legislativo sancionaram a lei para o repasse para Estados e Municípios, de verba referente a COVID-19, um dos requisitos, entre outros era que não houvesse criação de novos cargos públicos. Lembra que as políticas públicas e o controle da pandemia se faz por meio de trabalho e quem faz este são os trabalhadores e que se está se vivendo uma situação emergencial que se exige muito mais trabalho, seja na questão da política de saúde no combate da pandemia, seja na política de

assistência social para lidar com combate ao desemprego, com o empobrecimento da população e com o retorno do Brasil ao mapa da fome, ou seja na política de educação que se reinventou para dar conta de novos formatos. Então quando se destina recursos e não se permite a contratação de servidores públicos com esse recurso, fica claro que o investimento não é no trabalhador e que o governo federal deseja é que se terceirize. Tira-se do âmbito do público, da execução direta, já que não se pode ter contratação de servidor público, privatiza-se e sucateia-se, acaba-se com a política pública. Aponta que as pessoas querem seu direito de fazer o CADUNICO e nós temos a tarefa de não expor e proteger os trabalhadores e usuários. Informa que tem-se feito muita discussão para encontrar o caminho. É uma discussão de disputa política e o que se quer defender e como se garante o atendimento à população, se aumentando o número sem perder a qualidade. Sra. Marilda aponta que tudo que se vem falando. Afirma que estamos em um estado neoliberal e que a isso vem acontecendo em todos os âmbitos de governo. Sra. Marilda coloca que o INSS tem incentivo aos trabalhadores para que aumentarem a capacidade diária. Não seria viável? Dentro do limite de segurança, pois a lista de espera iria se dissolvendo ao longo do tempo. Sra. Marilda retoma apontando que sua questão referente ao PNF não foi respondida. Sra. Samanta esclarece que sobre a sua sugestão os serviços já estão trabalhando dentro do limite de segurança. Sra. Caroline coloca que o primeiro incentivo ao trabalhador do SUAS neste momento é a inclusão no calendário da vacinação. Sra. Marilda aponta que seria oportuno a devolutiva da SEDS em relação ao processo que pede a vacinação dos trabalhadores do SUAS. Sra. Samanta esclarece que a decisão da renda para inclusão no PNF emergencial foi por estar dentro do critério da extrema pobreza. Sr. Rodrigo informa que o PNF sempre trabalhou dentro da disponibilidade orçamentária e que a lei do programa não foi atualizada até então. A lei diz que as famílias devem ter renda até 120 reais per capita não elimina assim as que estão abaixo e sim inclui. Sra. Marilda coloca que o legislador quando pensou até talvez tivesse em mente pessoas que tivesse renda maior, até como teto, mas entende que existe a lei e o rigor da lei, que é interpreta conforme a conveniência jurídica. Em continuidade passa-se para o próximo item de pauta que refere-se a prestação de contas do IGD-M. Sra. Samanta lembra que esta demanda foi uma solicitação deste grupo e passa a palavra para a Sra. Tassia que inicia a apresentação. Com relação a aquisição de 19 Tablet a Sra. Samanta esclarece que este era o número de operadores que estavam em trabalho remoto, mas os aparelhos chegaram apenas em março deste ano e já foram disponibilizados aos CRAS. Sra. Tarciana questiona sobre alguns itens que foram solicitados ano passado e que ainda não foram entregues. Sra. Samanta aponta que como está recente como gestora e coordenadora da ICS-PBF, irá fazer essa conversa com o Sr. Rodrigo para se pensar também em uma forma de se pensar esse fluxo interno para trazer as informações. Sra. Marina solicita que seja apontado quais as pautas para a próxima reunião. Sra. Samanta informa que há a continuação da apresentação da SEDUC por dados territorizados. Sra. Samanta sugere que a Saúde possa apresentar seus dados para que assim possa se “fechar” o circuito das três políticas públicas. Sra. Taciana informa que poderá fazer a apresentação do último semestre de 2020 dos dados da saúde. Sra. Marina questiona se sobre a

Secretaria de Educação irá ser verificado algo? Sra. Samanta aponta que entende que o CMAS poderá fazer esse convite para a participação de algum representante do Estado neste grupo. Não tendo mais assuntos a tratar, Sra. Samanta agradece a presença de todos e a reunião foi encerrada ás 11h40.

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo - CMAS

Samanta Lima Venâncio
Coordenadora – ICS/PBF